



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

ALEXANDRE  
CORREA DA  
CRUZ  
19/01/2026 17:27

**PORTARIA GP.TRT4 Nº 142, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.**

Institui a Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional do acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF), em sua dimensão atualizada como acesso à ordem jurídica justa;

**CONSIDERANDO** os arts. 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal, que determinam a implantação da Justiça Itinerante como meio de efetivar o acesso à justiça em todas as regiões do país;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ nº 460/2022, que instituiu a Política Nacional de Justiça Itinerante no âmbito do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ nº 508/2023, que dispõe sobre a Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a Resolução CSJT nº 428/2025, que institui a Política Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital da Justiça do Trabalho (PNJIID) e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, notadamente os de nºs 5 - Igualdade de gênero, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 10 - Redução das desigualdades e 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo PROAD nº 284/2026,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I  
DO OBJETO**

**Art. 1º** Instituir a Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**CAPÍTULO II  
DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 2º** A Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital será composta pelos seguintes membros:

- I** - um(a) Desembargador(a) indicado(a) pela Presidência, a quem competirá a coordenação;
- II** - um(a) Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho indicado(a) pela Presidência, a quem competirá a vice-coordenação;
- III** - um(a) Juiz(a) do Trabalho Substituto(a) indicado(a) pela Presidência;
- IV** - um(a) Juiz(a) Auxiliar da Presidência;
- V** - o(a) Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria;
- VI** - o(a) Juiz(a) do Trabalho Coordenador(a) do Núcleo de Cooperação Judiciária;
- VII** - o(a) Secretário(a)-Geral da Presidência ou o(a) Secretário(a)-Geral da Presidência Adjunto(a);
- VIII** - dois(duas) representantes da Presidência;
- IX** - um(a) representante da Corregedoria Regional;
- X** - um(a) representante da Secretaria de Comunicação Social;
- XI** - um(a) representante da Secretaria de Segurança Institucional;
- XII** - um(a) representante de cada um dos programas institucionais - Programa Trabalho Seguro, de Erradicação ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, e de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, a serem indicados, dentre os(as) gestores(as) regionais, pela Presidência;
- XIII** - o(a) Assessor(a)-Chefe da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos - ASPRODEC.

**§ 1º** Poderão ser indicados membros suplentes, que substituirão os membros titulares em caso de falta ou impedimento.

**§ 2º** A Presidência nominará por meio de Portaria os membros designados na forma dos incisos I, II, III, IV, VII, VIII, IX, X, XI e XII do *caput* deste artigo.

**§ 3º** Poderão integrar a Comissão, como convidados, representantes do Ministério Público do Trabalho, Defensorias Públicas, Ministérios, Prefeituras e entidades da sociedade civil.

**CAPÍTULO III  
DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 3º** Cabe à Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital:

- I** – elaborar e monitorar a execução do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital (PAIID), bem como coordenar as ações de logística e parcerias necessárias à sua implementação;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- II** – apresentar à Corregedoria Regional plano de ações referentes à Justiça Itinerante;
- III** – desenvolver e acompanhar projetos para a realização da Justiça Itinerante;
- IV** - propor medidas para o aperfeiçoamento e sugerir procedimentos e rotinas de trabalho para execução das atividades inerentes à Justiça Itinerante;
- V** - zelar pelo cumprimento do cronograma anual;
- VI** - elaborar e manter atualizado o Manual da Justiça Itinerante e Inclusão Digital Regional;
- VII** - consolidar, analisar e ajustar as propostas encaminhadas pelas unidades jurisdicionais e CEJUSCs;
- VIII** - analisar situações que demandem adequação territorial do atendimento, inclusive envolvendo município situado distante da sede da jurisdição ou unidade jurisdicional sob a jurisdição de outro TRT, sugerindo os ajustes necessários antes da consolidação do PAID, nos termos do § 2º do art. 10 da Resolução CSJT nº 428/2025.

**Parágrafo único.** A Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital poderá solicitar informações específicas a quaisquer unidades administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições, bem como convidar representantes dessas unidades para participarem de suas reuniões.

**Art. 4º** Cabe ao(à) coordenador(a) da Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital:

- I** - convocar ou fazer convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II** - comparecer a todas as reuniões, pessoalmente ou representado pelo(a) vice-coordenador(a);
- III** - estabelecer e fazer cumprir cronograma de atividades;
- IV** - zelar pela eficiência do colegiado;
- V** - mediar conflitos relativos à atuação do colegiado;
- VI** - imprimir celeridade aos processos de deliberação; e
- VII** - validar eletronicamente as atas de reunião.

#### **CAPÍTULO IV DA UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO (UAE)**

**Art. 5º** A Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos - ASPRODEC atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) da Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital e cuidará de aspectos relativos à organização, transparência e comunicação do colegiado.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**§ 1º** Para os fins do *caput* deste artigo, cabe à UAE:

- I -** manter atualizadas as informações sobre Justiça Itinerante e Inclusão Digital no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho;
- II -** instruir processos administrativos relacionados à Justiça Itinerante e Inclusão Digital;
- III -** receber, organizar e registrar em pauta os assuntos a serem debatidos nas reuniões;
- IV -** enviar aos membros do colegiado as pautas e demais documentos necessários para a realização da reunião;
- V -** convidar os membros para reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado;
- VI -** providenciar os recursos físicos e tecnológicos para as reuniões;
- VII -** redigir e encaminhar para validação eletrônica do(a) coordenador(a) as atas das reuniões;
- VIII -** encaminhar para publicação as atas das reuniões e demais documentos, exceto quando contiverem informação total ou parcialmente sigilosa, hipótese em que se publicará certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo;
- IX -** monitorar o conteúdo e a vigência dos atos normativos referentes ao colegiado;
- X -** providenciar e fornecer informações a respeito do colegiado, quando requeridas por parte interessada; e
- XI -** instruir o Processo Administrativo (PROAD) instituidor da Comissão com as atas das reuniões e, quando necessário, autuar novo PROAD associado ao principal para tratar de demandas derivadas da atuação da Comissão.

**§ 2º** Cabe ao titular ou à titular da UAE:

- I -** zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no § 1º deste artigo;
- II -** manter atualizadas as informações repassadas à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica a respeito do colegiado para constar no sítio eletrônico do Tribunal, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos;
- III -** dar ciência ao(à) coordenador(a) do colegiado sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias;
- IV -** reportar ao(à) coordenador(a) as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos; e
- V -** reportar à Presidência do Tribunal as ocorrências a que faz referência o inciso IV deste parágrafo, em caso de omissão do(a) coordenador(a).

**§ 3º** As atribuições mencionadas no § 2º deste artigo poderão ser delegadas pelo(a) titular da UAE a servidor(a) a ele(a) subordinado(a).



## CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

**Art. 6º** A Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital se reunirá, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, quando necessário.

**§ 1º** As reuniões do colegiado temático serão presenciais, telepresenciais ou híbridas.

**§ 2º** As reuniões ordinárias ocorrerão em datas a serem definidas pelo(a) coordenador(a), observadas a periodicidade estabelecida no *caput* deste artigo e a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para convocação.

**§ 3º** A convocação para as reuniões se dará por qualquer meio admitido em direito, dispensada a antecedência mínima no caso de reunião extraordinária.

**§ 4º** Se ocorrerem duas ou mais reuniões num mesmo mês, faculta-se ao colegiado, com a concordância de seu(a) coordenador(a), proceder à publicação de ata mensal única, com o registro dos fatos ocorridos nas reuniões do período.

**Art. 7º** O colegiado poderá convidar, para participar como colaboradores, sem direito a voto, magistrados e servidores, representantes de órgãos ou unidades organizacionais do Tribunal e profissionais de outras instituições ligadas a campo de conhecimento afim.

## CAPÍTULO VI DAS PAUTAS E ATAS DE REUNIÃO

**Art. 8º** As atas conterão, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a data, o horário e o local da reunião;
- II - o breve relato das manifestações ocorridas durante a reunião;
- III - as deliberações tomadas;
- IV - o responsável e o prazo para cumprimento de cada deliberação;
- V - os nomes dos participantes; e
- VI - o número do Processo Administrativo PROAD correspondente.

**§ 1º** As pautas poderão integrar o conteúdo das atas de reunião, em vez de serem apresentadas em documento à parte.

**§ 2º** A ata deverá ser elaborada e validada, preferencialmente, ao final da reunião.

**§ 3º** Sendo inviável o cumprimento da determinação do parágrafo anterior, o redator da ata terá 48 (quarenta e oito) horas para concluí-la, quando deverá disponibilizá-la aos demais integrantes do colegiado, por e-mail, que terão prazo de 48 (quarenta e oito) horas para validação do documento.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**§ 4º** As pautas e as atas serão publicadas no sítio eletrônico do Tribunal, até 10 (dez) dias depois de realizada a reunião, devendo ser encaminhadas à Presidência para ciência e à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica para ciência e publicação.

**§ 5º** Cabe à UAE diligenciar para que os prazos estabelecidos neste artigo sejam atendidos.

**CAPÍTULO VII  
DO QUORUM DE REUNIÃO E DO QUORUM DE VOTAÇÃO**

**Art. 9º** Para instalar-se reunião da Comissão, será exigido quorum de 50% mais um dos membros, presente o(a) coordenador(a), ou o(a) vice-coordenador(a).

**Art. 10.** As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples, considerado o número de membros presentes na reunião.

**§ 1º** Os membros do colegiado terão voto de igual peso.

**§ 2º** Como critério de desempate, considera-se qualificado o voto do(a) coordenador(a).

**CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11.** As horas de trabalho dedicadas às atividades da Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital deste Tribunal Regional do Trabalho serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as).

**Art. 12.** O direito de acesso a documentos, ou a informações neles contidas, utilizados como fundamento para tomada de decisão ou ato administrativo será assegurado apenas com a edição do respectivo ato decisório, quando, a critério do colegiado, o acesso prévio puder prejudicar a tomada da decisão ou seus efeitos.

**Art. 13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

**Art. 14.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*Documento assinado digitalmente*  
**ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ**  
Presidente do TRT da 4 Região